REQUERIMENTO Nº 389/16

Senhora Presidente,

REQUEIRO, regimentalmente à Mesa, com fundamento no inciso IX, do artigo 17, que oficie o Dr. João Eduardo Barbosa Pacheco, Prefeito de Adamantina, para que envie a esta Casa de Leis, no prazo do inciso XVI, do artigo 74, da LOMA, as seguintes informações:

1) Qual o valor financeiro utilizado pelo município neste ano de 2016 na aquisição de medicamentos de alto custo, realização de exames, cirurgias, tratamentos, etc, fruto de ações judiciais, cujo responsabilidade constitucional do atendimentos desses procedimentos deveriam ser do Estado ou da União? Qual o número de ações atendidas pelo município neste ano de 2016?

2) O Executivo Municipal adotou as medidas judiciais cabíveis junto ao Estado e União, objetivando o regresso das despesas praticadas pelo município nos referidos atendimentos que não seriam de sua responsabilidade constitucional? Se positivo, qual o número de ações foram regressadas? Qual o valor financeiro regressado ao município pelo Estado e União?

Plenário Vereador José Ikeda, 21 de novembro de 2016.

HÉLIO JOSÉ DOS SANTOS
Vereador